

PCR DA TRACTEBEL

Descrédito e desesperança

As respostas dadas a pesquisa realizada pela Intersul a respeito do PCR demonstram que os empregados da Tractebel têm muito que reclamar do Plano.

Entre os mais de 400 empregados que responderam a pesquisa apenas 32% disseram acreditar na Avaliação de Desempenho, outros 13% sequer "conhecem" o sistema. Descrédito.

Entre os que disseram não acreditar (55%) a grande maioria (67%) é de empregados com mais de 10 anos de empresa. Desesperança.

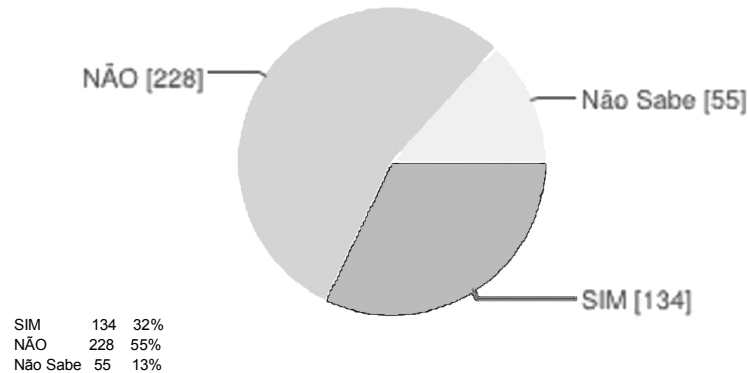
As cláusulas sobre o PCR contidas na pauta trazem um diagnóstico importante das causas principais para o descrédito. Entre elas:

- Adequação ao Mercado de Trabalho (muitos empregados com mais de três anos ainda não estão em 100% da faixa salarial);
- Adicionais Legais no enquadramento (Periculosidade e Penosidade incluídas na remuneração limitam o crescimento);
- Promoção por Antiguidade (limitada a 130% da faixa salarial e não concedida aos gerentes);
- Limite das Faixas Salariais (o teto de 130% da faixa salarial é muito pequeno para a qualidade e a capacidade do corpo funcional da empresa, deveria ser no mínimo de 150%).

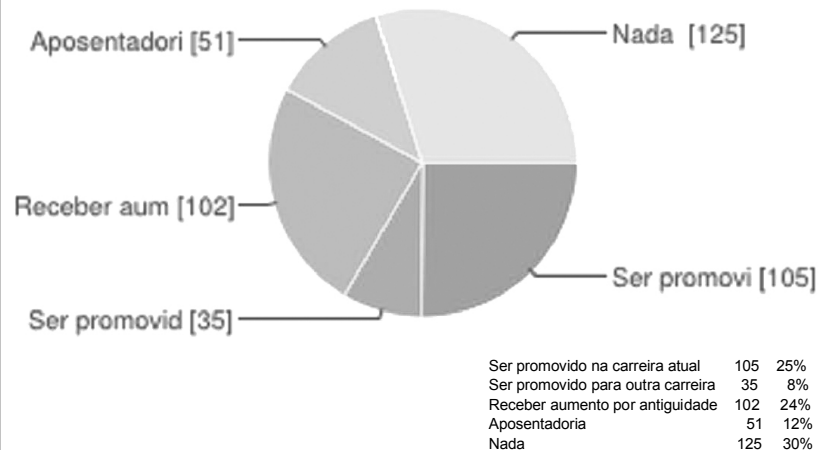
Ao completar 15 anos a Tractebel está comemorando um crescimento em seu parque gerador de mais de 100%, enquanto que o número de empregados (1.120) ainda não chegou ao mesmo patamar de 1.200 que tinha na época de Gerasul. É preciso reconhecer o esforço de todos e o aumento de produtividade alcançado neste período.

É preciso "mudar" o PCR para que os empregados voltem a ACREDITAR e tenham ESPERANÇA.

Você acredita no sistema de avaliação da empresa?



O que você acredita que lhe acontecerá profissionalmente nos próximos três anos?



PLANO D

T

t




Os t
ensivos
seus rej
do assu
Eletrosu
propôs
Eleitos
picos qu
o Plano
da Eletr
pela qu
contribu
a realiz
selheiro
represe
Para
go franc
geral, c
sidenta
calabro
organiz
ressem
ministra
dos trab
é contin
te na vic
em cons
trabalha
ção de f
Livre)

Intercel
Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC. Jornalista responsável: Marli Cristina Scmazzon (DRT/RS 4966), Conselho Editorial: Wanderlei Lenarpowicz. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC, CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: jornalismo@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal. www.sindinorte.org | www.sintresc.com.br | www.sintevi.com.br | www.intersul.org | sinds@terra.com.br

 LINHA VIVA

**TRABALHADORES UNIDOS,
CELOS FORTE!**
Vote Henri e Paulo 

Trabalhador em de ser ouvido

Trabalhadores da Eletrosul começam a ficar apre- com a "reestruturação" da empresa. Até agora representantes não foram consultados a respeito. O representante dos trabalhadores no CA da Il, Dinovaldo Gilioli na última reunião do conselho a inclusão do ponto "Manifesto dos Conselheiros do Grupo Eletrobras", um documento com 23 tó- re trata do assunto. Segundo estes conselheiros de Reestruturação Organizacional e Societária obras "deve ser objeto de amplo debate, razão al, nos comprometemos a discutir propostas e ições trazidas pelos trabalhadores, e solicitamos ação de reuniões com os diretores, demais cons, consultores contratados e com as entidades nativas da categoria eletricitária".

Dino Gilioli, "se não há espaço para um diálogo e aberto sobre o modelo do setor elétrico em já proposta de mudanças já foi entregue à pre- Dilema pela Plataforma de Energia, seria um des- se a implementação de propostas de alteração acional e societária da Holding Eletrobras ocor- sem nenhum diálogo com os Conselhos de Ad- ção, Diretorias das empresas, Representações alhadores e os empregados. Mais absurdo ainda ar tomando decisões que impactam direta- mente dos empregados e suas famílias sem levá-los sideração, configurando um total desrespeito aos idores em dissonância com uma política de Ges- Pessoas consequente e humana." (leia Tribuna

Ditadura trabalhista

Trabalhador do Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Guarapuava

Dirijo-me a este Sindicato em nome de todos os co- legas lotados no Centro Regional de Manutenção de Guarapuava - CRGUA para relatar situação pela qual estamos passando. Na data de ontem 29.10.2013 fomos informados pela gerência do CRGUA - James, que o mesmo recebeu uma ligação no final da tarde da última sexta-feira, do gerente de Departamento - DMO, Sr. Jo- aquim Badoch apenas comunicando que nossa área foi extinta da estrutura da Eletrosul. Simples assim.

Também fomos informados que não há vagas na Re- gional do Paraná para todos os empregados lotados no CRGUA, sendo que as pessoas deverão buscá-las em outras localidades.

O que nos deixa mais entristecidos ainda no meio desse processo todo é a forma de como essas ações vem sendo conduzidas dentro da empresa, onde um pe- queno grupo se reúne e decide o futuro das pessoas, sem levar em consideração tudo que isso envolve, ou seja, estamos inseridos numa sociedade, temos famílias que são afetadas por essas ações, cada um tem seus negócios, estrutura, filhos que estudam, cônjuges que trabalham fora, muitos concursados, inclusive. Não são apenas 20 funcionários que estão sendo transferidos, na verdade com essa mudança estamos falando em altera- ção na vida de 76 pessoas diretamente sem contar ou- tros dependentes como pai e mãe. E, da noite para o dia, algum iluminado decide que acabou tudo e que temos que deixar isso tudo de lado.

Não bastasse toda essa questão de se mexer com a vida de 20 famílias, também tem a questão estratégica do CRGUA na região. Além de estar localizada na região central do estado, hoje somos responsáveis pela manu- tenção das Subestações de Areia e Ivaiporã, as quais sempre soubemos serem duas importantes Subestações para o sistema interligado e também 11 Linhas de Trans- missão sendo 1479 torres por nossa responsabilidade.



Nossa equipe sempre recebeu elogios pelo desem- penho na manutenção e pronto-atendimento nas situ- ações de emergência, apoios a outras equipes. Essa localização estratégica das equipes possibilita uma melhor resposta nessas ocorrências. Ainda não sabe- mos para onde vamos, mas se for para ficar equipes de manutenção centralizadas em Curitiba como se ouve falar, o tempo de resposta ficará muito maior e a região que era considerada importante ficará "desco- berta" até que se que desloque uma equipe para a ve- rificação das ocorrências. E o prêmio que ganhamos por um bom desempenho foi a exclusão.

Pegando ainda um gancho no conteúdo publicado no nosso Código de Ética, temos descrito no item 2. Compromissos entre as empresas Eletrobras e seus colaboradores: diretores, conselheiros, empregados, contratados, prestadores de serviço, estagiários e jo- vens aprendizes, subitem "2.1.5. Garantir a seus cola- boradores o acesso a todas as informações funcionais que lhes digam respeito."

Nesta hora nos perguntamos onde é que está esse respeito, se fomos os últimos a saber do destino que traçaram para nós? Deviam, por respeito a todos, ao menos terem discutido o assunto com as partes envolvidas e não apenas comunicar uma decisão bombástica dessas.

Tivemos um dia bem difícil aqui na área e, até por segurança, já que ninguém tem condições psicológi- cas de se concentrar em atividades, principalmente em áreas de risco elétrico, foram cancelados todos os serviços que estavam programados para esta sema- na, até que tenhamos acesso a maiores informações e justificativas plausíveis para a decisão tomada pela empresa.

SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES DA MANUTENÇÃO

A Associação de Profissionais em Operação de Usina, Subestação e Sistema – APOUS se solidariza aos tra- balhadores da manutenção. Ao ler a carta do colega do Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Guarapuava - CRGUA, em nome dos demais daquela área, publicada em boletim da Intersul, cada Operador da Eletrosul reviu cenas de um filme onde foi ou está sendo, por imposição, o protagonista.

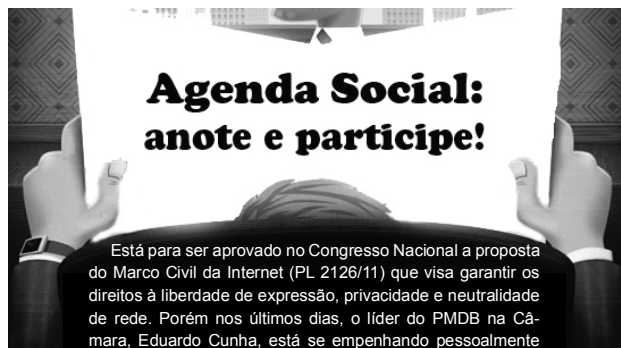
O que ocorre agora com os empregados de Guarapuava e de Erechim, desde 2011 os Operadores já vêm so- frendo. Os Operadores de Santo Angelo, Caxias, Biguaçu, Itá e Campo Grande, passaram pelo mesmo processo. Os de Curitiba e Areia permanecem a dois anos vivenciando o mesmo descaso. Temos certeza também que os trabalhadores do extinto DPM e os Administrativos, que passaram por medida semelhante a pouco tempo, tiveram e continuam tendo a mesma desconsideração por parte da direção da empresa, sabem o que os sentimentos descritos na carta significam para cada um e cada uma.

Esperava-se que após a Intersul ter entregue à diretoria da Eletrosul o Relatório das Condições de Trabalho dos Operadores do COSE e Subestações, Assistentes de Operação e Técnicos de Proteção e Controle, bem como a recente Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, onde se encontram registradas e comprovadas as consequências nefastas a saúde e segurança desses trabalhadores, bem como o abalo psicoló- gico causado as famílias atingidas, que a gestão da empresa conhecedora dos impactos que esse tipo de medida causa ao empregado e sua família, tivesse um mínimo de humanidade para tratar a questão e mudasse a sua postura.

Infelizmente nada parece sensibilizar essa direção que pratica uma gestão cega em nome da redução de custos a qualquer preço, onde índices e resultados são priorizados em detrimento das condições de trabalho, da qualidade de vida dos empregados. Agindo assim, sem medir as consequências negativas para os trabalhadores e para a própria empresa, mancham o nome da Eletrosul, prejudicando sua imagem perante o público interno e a sociedade como um todo.

Diante de atitudes inconsequentes, é preciso exercitar a luta solidária para nos proteger enquanto emprega- dos e para defender a própria empresa. A Eletrosul é uma empresa pública importante para a vida de cada um de nós e nossa família, fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da região onde atua e para o país. DI- reções passam e a atual, infelizmente, chegará o dia em que será lembrada da mesma forma em que foi a gestão Gazaniga pela postura autoritária, pela imposição de decisões, pela arrogância desmedida. Tem diretor que age como se fosse dono da Eletrosul!

Companheiros da Manutenção, tenham certeza que os Operadores e demais trabalhadores estão solidários nesse momento tão difícil para vocês e as famílias atingidas. A APOUS estará – como sempre esteve, com as de- mais entidades integrantes da Intersul, agindo em defesa de uma gestão mais democrática e humana na Eletrosul.



Agenda Social: anote e participe!

Está para ser aprovado no Congresso Nacional a proposta do Marco Civil da Internet (PL 2126/11) que visa garantir os direitos à liberdade de expressão, privacidade e neutralidade de rede. Porém nos últimos dias, o líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha, está se empenhando pessoalmente para transformar um longo debate na sociedade em um acordo entre dois setores econômicos, as teles e a radiodifusão. Ou seja, a Vivo, a TIM, a Claro e a Globo. Pelo acordo de Eduardo Cunha, a Globo negociaria ao menos parcialmente a neutralidade na rede e ficaria com o artigo que garante que os direitos autorais no Brasil se sobrepõem aos direitos humanos. É isso mesmo, você não leu errado. A Globo defende que apenas para questões que envolvam direitos autorais não haja necessidade de processo judicial para que um conteúdo seja retirado do ar. Ou seja, você pode defender a pedofilia que tudo bem, mas se divulgar o capítulo da novela no seu blog estará perdido. Enquanto isso, as teles querem ser donas não só dos dutos por onde passam as informações, querem controlar também as informações que passam por ali. E a depender do que estiver circulando, cobrar diferente por isso, como fazem as tevês a cabo. Ou seja, você quer só receber e enviar email, paga 10 reais por mês. Quer assistir vídeo no youtube é vintão. Quer ter um blog, o pacote já fica 30. Quer também colocar vídeos na rede, o preço pode chegar a 100.

É hora de pressionar Eduardo Cunha enviando e-mail, postando memes, ligando no gabinete, utilizando todos os instrumentos democráticos para convencê-lo a recuar desta operação.

A Globo está com medo!

A Suprema Corte da Argentina declarou semana passada a constitucionalidade de quatro artigos da "Ley de Medios" que eram contestados pelo Grupo Clarín. Com esta decisão histórica, o governo de Cristina Kirchner poderá finalmente prosseguir com a aplicação integral da nova legislação, considerada uma das mais avançadas do mundo no processo de democratização da comunicação. A decisão representa um duríssimo golpe nos monopólios midiáticos não apenas na vizinha Argentina. Tanto que a TV Globo dedicou vários minutos do seu Jornal Nacional para atacar a nova lei.

Pelas regras agora aprovadas pela Suprema Corte, os grupos monopolistas do setor serão obrigados a vender parte dos seus ativos com o objetivo expresso de "evitar a concentração da mídia" na Argentina. O império mais atingido é o do Clarín, maior holding multimídia do país, que terá de ceder, transferir ou vender de 150 a 200 outorgas de rádio e televisão, além dos edifícios e equipamentos onde estão as suas emissoras. A batalha pela constitucionalidade dos quatro artigos durou quatro anos e agitou a sociedade argentina. O Clarín – que cresceu durante a ditadura militar – agora não tem mais como apelar.

O discurso raivoso da TV Globo e de outros impérios midiáticos do Brasil e do mundo é de que a Ley de Medios é autoritária e fere a liberdade de expressão. Basta uma leitura honesta dos 166 artigos da nova lei para demonstrar exatamente o contrário. O próprio Relator Especial sobre Liberdade de Expressão da Organização das Nações Unidas (ONU), Frank La Rue, já reconheceu que a nova legislação é uma das mais avançadas do planeta e visa garantir exatamente a verdadeira liberdade de expressão, que não se confunde com a liberdade dos monopólios midiáticos.

No Brasil entidades da sociedade civil e do movimento social se organizaram para encaminhar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações para regulamentar o que diz a Constituição em relação às rádios e televisões brasileiras. A marca de 1 milhão e trezentas mil assinaturas colocará o Projeto de Iniciativa Popular por Mídia Democrática em debate no Congresso Nacional! Acesse o material no site do movimento

<http://www.paraexpressarliberdade.org.br/>.

Vamos mudar a história da comunicação brasileira levando às ruas o debate da democratização da comunicação.

Política com P

O dia 12 de novembro será marcado por uma grande manifestação nacional pela reforma política e para coleta de novas assinaturas ao projeto de iniciativa popular sobre o tema, que está sendo coordenado pela chamada Coalizão Democrática pelas Eleições Limpas. O movimento, que conta com o apoio de mais de 160 parlamentares e é formado por 91 entidades, deu início a partir de 25/10 à formalização de apoio de outras instituições.

Por trás da ampliação da iniciativa está o fato de os trabalhos do grupo técnico da reforma política – instituído pela Câmara para tratar do assunto – encontrar-se em fase de conclusão dos trabalhos sem apresentar propostas concretas de mudança na legislação política e eleitoral do país. Há também as preocupações com o atraso na tramitação do projeto de decreto legislativo (PDL) que pede a realização de um plebiscito para que a população decida quais itens quer ver discutidos num projeto de reforma política.

"Estamos aguardando uma discussão sobre esse tema desde 2002 e tudo o que foi tratado na Câmara e no Senado até agora terminou sem qualquer utilidade", acrescentou a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que preside a Frente Parlamentar pela Reforma Política há mais de dez anos e tem cobrado, no Congresso, maior apoio e comprometimento para com o trabalho da Coalizão pelas Eleições Limpas.

A mobilização – a mesma que trabalhou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa – já conta com 300 mil assinaturas de apoio popular ao projeto. Para o encaminhamento da matéria ao Congresso e sua consequente formalização são necessários 1,5 milhão de assinaturas.

A proposta para reforma política defendida pelas entidades prevê o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais, com sugestão de que passe a ser permitida a contribuição individual no valor máximo de R\$ 700 por eleitor e sem ultrapassar o limite de 40% dos recursos públicos recebidos pelos partidos nas eleições.

A coleta de assinaturas está sendo feita em papel ou pela internet, com homologação automática do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para assinar e conhecer a proposta, basta acessar o endereço eletrônico www.eleicoeslimpas.org.br.